



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura da
autorização de contrato para execução dos
projetos do Reforço à Reorganização do
Sistema Único de Saúde (Reforsus)*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE AGOSTO DE 1997

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senhor Ministro da Saúde, Carlos Albuquerque; Senhor Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores; Senhores Vice-Governadores; Senhores Senadores e Deputados; Senhores Ministros que aqui estão; Senhoras e Senhores,

Depois da exposição do Ministro Carlos Albuquerque, não resta senão torcer para que as coisas dêem certo e continuem na direção que foi esboçada.

Muitos dos senhores que aqui se encontram, tanto os que são funcionários dos vários níveis de administração do Governo, como os que são parlamentares, são pessoas que acompanham as lutas travadas no Brasil, para a implantação do SUS e para que seja possível melhorar a assistência de saúde à população brasileira.

Eu, quando ouvia o Ministro Carlos Albuquerque, me recordava de quantas vezes nós, os Ministros do Planejamento, da Fazenda, o Ministro Jatene e, agora, o Ministro Carlos Albuquerque, discutimos, conver-

samos e lutamos para que esse projeto Reforsus fosse uma realidade. BID, Banco Mundial, vem e vai. São anos.

Quem está de fora não imagina quanto tempo a burocracia internacional, além da nacional, consome para que seja possível fazer o óbvio, que é destinar recursos para aquilo que é necessário. Mas é natural que assim seja, porque são condições, são análises de projetos, são mudanças de orientação. O fato é que nós, agora, conseguimos ter uma verba de quase 700 milhões de dólares ou de reais e, como aqui já manifestou o Ministro Carlos Albuquerque, dessa vez não sei se são 60 projetos. Quantos? Cento e dezesseis projetos. E, até dezembro, nós imaginamos que 80% do conjunto desses projetos já venham a estar aprovados e, portanto, comecem a funcionar.

E é muito importante que seja enfatizado não o fato de se ter algum recurso para melhorar o atendimento na parte, digamos, tecnológica, mas o modo pelo qual se faça isso, ou seja, transparência. Transparência nas decisões de atender a quem? Isso é uma discussão, que não depende da ingerência do Ministro, nem do Presidente da República. Depende daqueles que são diretamente ocupados com as questões de saúde, nos vários níveis da administração, e dos usuários, porque é preciso aumentar, crescentemente, o controle que a própria sociedade exerce sobre a destinação dos recursos públicos.

E, nessa mesma linha de transparência, o cuidado que vi aqui revelado do Banco do Brasil – a agência financeira que, como sempre, prestará, de maneira admirável, assistência para que as coisas se procedam da melhor maneira possível –, que só libera o recurso depois que, efetivamente, as modificações estão sendo comprovadas, fisicamente. E que todo o mundo possa ver isso, porque não basta ter recursos. É muito difícil obtê-los, já mencionei, mas tão difícil quanto obtê-los é bem utilizá-los.

E, no mundo de hoje, o que assegura um avanço, um progresso, o que realmente mostra se existe uma motivação efetivamente social não é dar recursos. É controlar os recursos. Nós temos que mudar prioridades. Nós temos que, dentro da escassez existente, discutir se não é melhor mesmo cortar certos recursos e colocá-los em outras áreas. A aná-

lise formal – aumentou o orçamento, diminuiu o orçamento – não serve para nada. Nós temos que acompanhar o desempenho da ação. Nós temos que avaliar os programas. Numa administração mais democrática, mais transparente, o fundamental é a avaliação. E a avaliação não deve ser feita só depois do ocorrido, porque, às vezes, é tarde. Deve ser durante o processo de implementação de uma política.

É claro que tudo isso demora, tudo isso exige uma mudança de mentalidade, exige uma abertura, exige compreensão da Administração Pública, do Governo e do Parlamento, que passa a ter uma função ainda mais nobre, que é a de verificar, no transcorrer dos programas, se efetivamente eles estão sendo obedecidos tal como foram planejados. É uma outra mentalidade. Aqui não se estão dando recursos – é bom ter recursos –, mas é muito mais do que isso o que nós precisamos fazer. É mudar o modo pelo qual os recursos são dados, como se avaliam os recursos e como a sociedade pode participar da administração desses recursos.

Daí que seja tão importante a presença de prefeitos aqui. Vejo o meu amigo, o Prefeito de Campinas. É a primeira vez que o vejo por essas paragens. E há muitos outros prefeitos, porque estão acompanhando, verificando efetivamente como as coisas devem acontecer. Acho, por isso mesmo, que a mudança de ênfase mencionada pelo Ministro é muito importante, mudança de ênfase para um atendimento que não seja à doença, mas à saúde. E essa questão do atendimento do médico de família, como os agentes comunitários de saúde também, é, no meu modo de entender, a questão fundamental para que possamos ter uma assistência à saúde e para que a população se sinta mais bem atendida. Vai levar algum tempo para que a população sinta os efeitos, quando as mudanças começam a acontecer. Mas acaba sentindo, se nós tivermos persistência, tivermos clareza, tivermos recursos, naturalmente, mas se tivermos, sobretudo, a decisão política de mudar o modo como se faz a gestão da coisa pública, como se faz a gestão, no caso, da área da saúde. Isso vale para todas as outras áreas de governo. Na área de habitação, na área de educação.

Eu tenho certeza de que – não é que eu espere – nós teremos um novo Brasil, que é um Brasil onde o social deixe de ser palavra demagó-

gica e discurso contra o Presidente da República e passe a ser uma palavra efetiva do cotidiano, do comportamento de todos nós, e nunca desligada dos recursos existentes, das prioridades necessárias, da capacidade de dizer “não”, quando é necessário, e também da certeza de que, quando se diz “sim”, esse “sim” é para atender ao interesse do povo e não a interesses particulares.

Muito obrigado. Boa sorte. Felicidades nesse programa.